



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA APARECIDA DE LIMA SILVA MENÊZES

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED): O
IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS
CONTÁBEIS NA CIDADE DE SUMÉ - PARAÍBA**

**MONTEIRO-PB
2016**

MARIA APARECIDA DE LIMA SILVA MENÊZES

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED): O
IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS
CONTÁBEIS NA CIDADE DE SUMÉ - PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Ciências
Humanas e Exatas da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito para
a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Me. Profa. Cristiane Gomes
da Silva

**MONTEIRO-PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M541s Menêzes, Maria Aparecida de Lima Silva.
Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) [manuscrito]
: o impacto da implementação nos escritórios contábeis na cidade
de Sumé - Paraíba / Maria Aparecida de Lima Silva Menêzes. -
2018.
52 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS
CONTÁBEIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Humanas e Exatas, 2016.
*Orientação: Profa. Ma. Cristiane Gomes da Silva,
Departamento de CIÊNCIAS CONTÁBEIS*.

1. Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. 2.
Profissionais contábeis. 3. Escritórios de contabilidade. I. Título.
21. ed. CDD 657

MARIA APARECIDA DE LIMA SILVA MENÊZES

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED): O
IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS
CONTÁBEIS NA CIDADE DE SUMÉ - PARAÍBA**

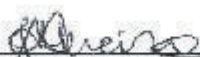
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Ciências
Humanas e Exatas da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito para
a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Aprovado em: 19 / 10 / 2016.

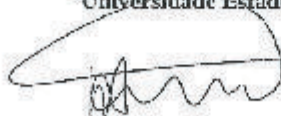
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Me. Cristiane Gomes da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Josicleide de Amorim Pereira Moreira (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Wilton Alexandre de Melo (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe Maria José, que tanto me
incentivou nessa caminhada. Dedico.

Reconhecimento é a melhor forma de estimular alguém.

(CORTELLA, MÁRIO SERGIO)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela benção de concluir esta jornada, por estar presente e me guiando, principalmente nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Antônio *in memoriam* e Maria, que me deram a vida e me proporcionaram educação necessária para que eu seguisse o melhor caminho. Em especial a minha mãe pelo apoio incondicional e incentivo.

A todos os familiares e amigos em especial ao meu esposo Marcones, por todo amor, compreensão e companheirismo.

A minha estimada, mestre e orientadora, Cristiane Gomes da Costa, uma pessoa de coração imenso, que sempre teve paciência e dedicação, a minha eterna gratidão, pela orientação, pelos conhecimentos transmitidos e principalmente por acreditar em mim. Saiba que tudo isso contribuiu e me possibilitou concluir esta etapa da minha vida acadêmica.

A todos os professores, pelos conhecimentos transmitidos, que contribuíram para meu crescimento profissional.

Aos colegas e amigos de curso, que compartilharam os mais importantes momentos intensos, de alegrias e companheirismo ao longo de nossas vidas acadêmicas. Em especial a Maristela Gomes, que sempre me motivou a seguir em frente e sempre se dispôs a orientar no que fosse preciso.

A uma amiga irmã, muito especial, Rita de Cássia, minha gratidão por sua amizade, por todo apoio, incentivo e por fazer parte desta conquista e também da minha vida.

Ao amigo e patrão Fábio Araújo pela compreensão, incentivo e paciência que teve nos últimos momentos que precisei me ausentar do trabalho.

A todos os amigos e colegas de trabalho, pela compreensão e incentivo durante esta caminhada.

Aos contadores que dedicaram seu tempo para me ajudar a responder os questionários e contribuíram com a minha pesquisa.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta etapa. Meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo identificar a percepção dos contadores da cidade de Sumé-PB com relação a implementação do SPED Fiscal. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto aos procedimentos é tipificada como bibliográfica e de campo. A coleta de dados foi conduzida por meio de uma pesquisa de campo, com a utilização de um formulário estruturado aplicado aos empresários contábeis do município em estudo. Identificou-se com a pesquisa, que 100% dos respondentes afirmaram que realizaram adaptações em suas instalações, pois, com a implantação do SPED através do Decreto 6.022/2007 as rotinas dos escritórios contábeis tiveram que se adaptar a esse novo cenário. Ressalta-se ainda, que segundo os respondentes, houve uma grande mudança na questão ligada ao investimento em TI como ferramenta de apoio na geração da informação de forma a contemplar as exigências impostas pelos entes federativos. Quanto às dificuldades enfrentadas foi possível perceber que as principais estão relacionadas à capacitação do pessoal, entendimento da legislação relativa ao sistema, falta de informação e suporte para dúvidas e ainda dificuldade de entendimento na informação gerada. No que diz respeito aos principais benefícios proporcionados através da implantação do SPED, detectou-se que todos os entrevistados reconheceram o alto poder oferecido por esta implantação, onde estes elencaram benefícios ligados: redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; rapidez no acesso às informações; redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias; redução do tempo de escrituração dos documentos fiscais e de erros de digitação; uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas. Cabe destacar que na análise da percepção do profissional contábil em relação ao SPED, ficou evidenciado que 80% dos profissionais necessitam ainda de ferramentas para atender as exigências fiscais. Chama-se atenção para esse percentual encontrado, pois o SPED entrou em vigor desde 2007 e assim de acordo com a referida pesquisa, ainda existem profissionais que não estão preparados para atender a essas exigências, ou seja, carentes de palestras, cursos e entendimento das legislações vigentes acerca do SPED de maneira geral.

Palavras- chave: SPED Fiscal. Profissionais Contábeis. Benefícios e Dificuldades.

ABSTRAT

This study aimed to identify the perception of accountants City Sumé-PB with respect to implementation of the Fiscal SPED. To achieve the proposed objective, the methodology used in this study was descriptive research with qualitative and quantitative approach, was adopted as procedures bibliographic and field research. Data collection was conducted through a conducted field research using a structured questionnaire applied to the accounting business of the municipality under study. After performing the research, it was observed that 100% of respondents said they made adjustments in their facilities because, with the implementation of SPED through Decree 6.022 / 2007 the routine of accounting firms have had to adapt to this new scenario. It is worth noting that according to the respondents, there was a major shift in question relating to investment in IT as a support tool in generating the form of information contemplate the requirements imposed by federal entities. As for the difficulties faced was revealed that the main were related to staff training, understanding of legislation on the system, lack of questions for information and support and even difficulty in understanding the information generated. With regard to the main benefits provided through the implementation of SPED, it was found that all respondents recognized the high power offered by this deployment where these elencaram benefits linked: reducing costs with the waiver issue and storage of paper documents ; faster access to information; reducing costs by streamlining and simplification of accessory obligations; reducing the time of booking of tax documents and typos; standardization of information that the taxpayer pays the various federal units. It should be noted that the analysis of the perception of the accounting professional regarding the SPED, evidenced that 80% of professionals still need tools to meet the tax requirements. Attention is drawn to the percentage found as SPED entered into force since 2007 and so according to this research, there is still professionals who are not prepared to meet these requirements, that is, devoid of lectures, courses, and understanding of the laws in force concerning the general SPED.

Keywords: SPED Fiscal. Accounting professionals. Benefits and difficulties.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Sistemática de relacionamento anterior ao SPED.....	26
Figura 2 Principais pilares do SPED	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Perfil socioeconômico dos profissionais	36
Tabela 2 Regime de tributação das empresas atendidas pelos escritórios de contabilidade.....	37
Tabela 3 Preparação dos profissionais que estão à frente da Contabilidade para atender às exigências legais trazidas pela implantação do SPED	39
Tabela 4 Principal fator considerado para que o profissional da Contabilidade exerça com responsabilidade o seu papel	41
Tabela 5 Mudanças nas rotinas de sua Contabilidade, após o SPED	41
Tabela 6 Maior impacto verificado em decorrência da implantação do SPED nas empresas	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Principais objetivos do SPED.....	23
Quadro 2 Principais premissas do SPED.....	24
Quadro 3 Principais benefícios do SPED.....	24
Quadro 4 Principais alterações que ocorreram com o SPED	26

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CVM	Comissão De Valores Mobiliários
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DCTF	Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DIPJ	Declaração de Informações Econômico-Fiscais da PJ
ECD	Escrituração Contábil Digital
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICP	Infra-estrutura de Chaves Públicas
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializado
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
NFE	Nota Fiscal Eletrônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMATA	Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira
PVA	Programa Validador e Assinador
RFB	Receita Federal do Brasil
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SINIEF	Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
TI	Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Formulação do problema	14
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Justificativa.....	16
1.4 Estrutura do trabalho	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 Tecnologia da Informação	20
2.2 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	21
2.2.1 Nota Fiscal Eletrônica (NF-E).....	28
2.2.2 Escrituração Fiscal Digital (EFD)	29
2.2.3 Escrituração Contábil Digital (ECD).....	31
3 METODOLOGIA.....	33
3.1 Classificação da pesquisa	33
3.2 Quanto à abordagem do problema.....	33
3.3 Quanto ao método.....	34
3.4 Universo e amostra da pesquisa	34
3.5 Instrumentos de coleta de dados	34
3.6 Tratamentos de Dados	35
4 ANÁLISE DOS DADOS	36
4.1 Perfil dos Profissionais da contabilidade.....	36
4.2 Implantação do SPED.....	36
4.3 Dados Referentes ao Profissional Contábil em Relação ao SPED	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

O processo de inovação tecnológica nas mais diversas áreas do conhecimento humano tem exigido para o mercado de trabalho profissionais cada vez mais atualizados e dinâmicos. E diante desse novo cenário, as inovações tecnológicas atreladas as constantes transformações advindas do mundo globalizado e a concorrência mercadológica vêm exigindo por parte do profissional contábil a capacidade de atualizar-se a tempo de acompanhar as mudanças que estão acontecendo bem como as que virão (SASSO; ROSA, 2011).

Os avanços apresentados por essa área interligam o mundo, permitindo assim uma expansão da economia para mercados anteriormente fechados (FARIA et al. 2010). Nesse sentido, “o crescimento do volume de operações das empresas levaram as autoridades tributárias, da mesma forma que as empresas, a se modernizarem tecnologicamente” (FILHO; RUFINO; FILHO, 2014, p.?). Deve-se evitar citações diretas na introdução.

Esse resultado, tem afetado sobremaneira várias áreas de atuação profissional, em especial, a Contabilidade que influenciada por fatores associados à obrigatoriedade traçada pelas Leis, Decretos e Resoluções compõe parte do cenário em que o trabalho executado pelo profissional contábil sofre influências decorrentes do desenvolvimento, da regulamentação e da implementação de novas ferramentas computacionais que objetivam a uniformidade das informações de modo sistemático e seguro.

A contabilidade passou de processos realizados manualmente para o que se chama hoje de padronização das informações. Essa padronização se deve aos grandes avanços tecnológicos, principalmente no que diz respeito à tecnologia da informação (TI), que possibilita a integração de todas as informações geradas pelas organizações, permitindo que contadores e empresários mantenham softwares adequados, capazes de suprir as exigências impostas pela legislação fiscal, e, conseqüentemente, tornarem estas informações úteis para a tomada de decisão (RUSCHEL; FREZZA; UTZIG, 2011, p.2).

De maneira a garantir uma padronização das informações fornecidas pelos usuários e diminuir a assimetria de informação entre contribuinte e fisco, com o objetivo de melhorar a qualidade das informações solicitadas, foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), utilizando como modelo a experiência de governos eletrônicos de outros países, tais como Espanha, Chile e México (FILHO; FILHO, 2015).

O SPED foi oficializado a partir do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que regulamenta a atualização sistemática das informações tributárias com a finalidade de integrar os dados informados pelas entidades empresariais referentes à escrita contábil e fiscal de modo a garantir maior controle fiscal por parte dos órgãos governamentais no combate às fraudes.

“O SPED pode ser definido como um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos integrantes da escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único e computadorizado de informações” (FARIA et al. 2010, p.2).

Na visão de Geron, et al. (2011, p. 49), “[...] o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias por parte dos contribuintes, transmitidas às administrações públicas e aos órgãos fiscalizadores”. Cleto e Oliveira (2010, p, 12) corroboram com este pensamento ao mencionar que “o SPED faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logística adequada”.

O sistema SPED apresenta um amplo banco de dados onde um aglomerado de informações digitalizadas fica gravado e registrado tanto para interesse do Fisco como para os contribuintes. É formado basicamente por quatro subsistemas: a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Fiscal Digital (EFD), a Escrituração Contábil Digital (ECD), e a Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

Para Duarte (2008), com o SPED a responsabilidade do profissional contábil torna-se maior, uma vez que o trabalho intelectual sobrepõe-se ao operacional. Ressalta também que consiste na alteração da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias, visto que os livros, documentos contábeis e fiscais impressos em papel serão substituídos por documentos eletrônicos validados por meio de certificação digital, garantindo assim a sua autoria e validade jurídica.

1.1 Formulação do problema

A partir da sistemática proposta pelo SPED, os profissionais contábeis passaram a cumprir e a se adequar as exigências estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores. E, assim como

em qualquer processo de adaptação, algumas dificuldades puderam ser experimentadas por diversos profissionais contábeis.

Diante desse cenário de mudanças, a implantação de novas estratégias de atuação profissional, relacionadas à capacitação, uso intensivo de tecnologia da informação são requisitos fundamentais para atender as demandas de implementação do SPED fiscal (CAMPOS, 2012).

Portanto, a partir da obrigatoriedade do envio de informações relativas às operações, serviços e vendas de produtos ao Fisco pelas entidades empresariais e da implementação do sistema SPED, busca-se responder a seguinte questão: **Qual a percepção dos contadores da cidade de Sumé-PB com relação a implementação do SPED Fiscal ?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar a percepção dos contadores da cidade de Sumé-PB com relação a implementação do SPED Fiscal.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que corroboram para que o objetivo geral seja alcançado na pesquisa são:

- Verificar e descrever as principais mudanças impostas com a implementação do SPED;
- Relatar as principais dificuldades enfrentadas com a utilização do SPED;
- Demonstrar os principais benefícios proporcionados através da implantação do SPED.
- Discutir a percepção dos contadores da cidade de Sumé-PB com relação a implementação do SPED Fiscal.

1.3 Justificativa

A presente pesquisa torna-se importante pela necessidade de adequação do profissional contábil na atual conjuntura da legislação vigente, no processo tecnológico de informatização e geração de dados, bem como maior transparência no conjunto de informações apresentadas ao Fisco, uma vez que o mesmo é o mediador dessas informações entre o Contribuinte e os órgãos públicos.

Deste modo, a presente pesquisa ainda justifica-se, pois é um tema muito presente no dia-a-dia das empresas, e por ainda despertar pouca atenção nos meios acadêmicos e pela necessidade de ampliar o desenvolvimento do conhecimento refletido por grande parte desses profissionais.

Sendo assim, três aspectos básicos resumem e justificam esse estudo: o acadêmico, o profissional, e o social. Quanto ao primeiro aspecto, este trabalho se propõe a colaborar com o ambiente acadêmico em virtude de evidenciar a adaptação dos profissionais acerca do tema em estudo, contribuindo assim na formação profissional e como base para futuras pesquisas no âmbito acadêmico.

No segundo aspecto, a pesquisa em questão pode ser vista de modo geral, para demonstrar a visão dos profissionais contábeis com relação às principais dificuldades enfrentadas a partir da implantação do projeto SPED, que ainda apresenta muita demanda por informações deste processo.

E, quanto ao aspecto social é possível identificar como principal benefício à diminuição do uso do papel uma vez que a escrituração passa a ser digital; e, maior segurança no envio e recepção dos arquivos que irão passar por um processo sistemático de confrontação, a fim de evitar sonegação ou fraudes. E, assim garantir recursos por meio da arrecadação de impostos para o controle econômico social do país.

Campos, (2012, p. 28), enfatiza que as “[...] constantes alterações no ambiente de negócios do país vem exigindo, cada vez mais, dos operadores da Contabilidade o desenvolvimento de determinadas competências”. Como exemplos recentes dessas alterações pode-se elencar a convergência das normas brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade (societária e pública) e a implementação do Sistema Público de Escrituração Digital.

Oliveira e Ávila (2014) ressaltam que o SPED é um sistema que exige por parte do profissional contábil uma grande qualificação profissional de maneira a conduzir com segurança e responsabilidade um formato digital diferenciado nas escriturações contábil e fiscal, das organizações obrigadas ao sistema. Nesse sentido, a presente pesquisa faz-se

necessário buscar identificar a percepção desses profissionais em particular da cidade de Sumé-PB com relação a implementação do SPED Fiscal.

No intuito de contribuir com o tema discutido, são apresentados alguns estudos realizados anteriormente, dentre eles, destacam-se outros estudos desenvolvidos no Brasil.

Faria et al. (2010) desenvolveram um estudo para verificar a percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED, nos processos operacionais e redução de custos das empresas no Estado de São Paulo e quais as expectativas e percepções desses contribuintes diante do novo sistema. Os resultados foram comparados a um estudo semelhante desenvolvido no Chile, e, verificaram que os contribuintes brasileiros têm perspectivas diversas dos chilenos.

Os achados se mostraram insatisfatórios em termos de redução no tempo de emissão de uma nota fiscal; maior agilidade e produtividade no recebimento de mercadorias; e redução na aquisição de papel. Muitos têm a perspectiva de que terão benefícios no futuro, principalmente em relação à diminuição dos riscos de fraudes e a diminuição dos custos operacionais.

Ruschel, Frezza e Utzig (2011) investigaram qual o impacto do Sped na contabilidade, os desafios e as perspectivas dos profissionais contábeis frente a esse sistema. Coletaram e analisaram a opinião de 41 profissionais contábeis, que atuam na sub-região do Sindicato dos Contabilistas de Chapecó. E, observaram que o SPED provoca influência direta e positiva no trabalho dos profissionais contábeis; entre outros aspectos constataram também que o maior impacto do SPED está relacionado à fidedignidade e à qualidade dos dados; e ainda que há limitação de profissionais capacitados.

O estudo de Silva, Rufino e Filho (2014) buscou analisar, através de uma pesquisa descritiva, com o uso de 56 questionários respondidos por empresários, o impacto nos custos decorrentes da adoção ao SPED, em empresas do município de João Pessoa. Os achados mostraram que houve um aumento na aplicação de recursos (horas de trabalho, sistemas, serviços contábeis) por parte das empresas. Os principais benefícios percebidos na prática foram melhorias gerenciais, maior controle interno, redução de custos e redução no tempo de escrituração e uma maior preocupação com a qualidade das informações a serem fornecidas às autoridades tributárias. Percebeu-se, que 75% dos participantes afirmaram que houve aumento do número de pessoas responsáveis pelo cumprimento das obrigações acessórias, representando aumento com gastos relacionados à mão de obra. Entretanto 62,5% das empresas afirmaram que não foi possível perceber redução de custos administrativos após a implantação do SPED. Acerca dos reflexos nos gastos com o trabalho e com os custos

operacionais decorrente do SPED, 78,6% das empresas reconheceram que houve redução nos custos com emissão e armazenamento de documentos em papel.

Oliveira e Ávila (2014) analisaram o nível de qualificação dos profissionais de contabilidade em uma cidade do estado de Minas Gerais com relação ao SPED. Os resultados demonstraram que os profissionais entrevistados tiveram contato com os subprojetos do SPED, mas buscaram baixo volume de qualificação acerca do sistema, além de não investirem em treinamentos sobre a ferramenta. Observou-se, também que mesmo os respondentes não tendo a profissionalização necessária para garantir o cumprimento da obrigação estudada, eles estão satisfeitos com os benefícios do referido sistema.

A pesquisa de Silva Filho e Leite Filho (2015) teve por objetivo medir o conhecimento dos profissionais de contabilidade do município de João Pessoa a respeito do SPED. O resultado do modelo mostrou que os itens mais difíceis foram: 1 – Orientações observadas na elaboração da Escrituração Contábil Digital (ECD); 3 – Plano de Contas Referencial; e 8 – Processo de arquivamento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), que demandavam maior conhecimento dos participantes.

Em contrapartida, os itens: 12 – Empresas obrigadas à Escrituração Fiscal Digital (EFD) na Paraíba; e 11 – Documentos escriturados na EFD apresentaram menor parâmetro de dificuldade. Quando considerado o conhecimento (θ) de cada participante, este se mostrou insatisfatório. Os achados da pesquisa podem se justificar pelo fato de que a implantação do SPED está sendo um processo gradativo, que ainda não está concluído e não se estende a todas as empresas, sendo esperado que isso ocorra em 2015.

Deste modo, a presente pesquisa ainda justifica-se, pois é um tema muito presente no dia-a-dia das empresas, e por ainda despertar pouca atenção nos meios acadêmicos e pela necessidade de ampliar o desenvolvimento do conhecimento refletido por grande parte desses profissionais.

1.4 Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. Onde o primeiro capítulo, aborda a contextualização acerca do tema, seguido pela problemática, objetivo geral e específicos e justificativa da pesquisa. O capítulo seguinte, apresenta a revisão da literatura sobre o tema proposto, trazendo a discussão da literatura relacionada a: tecnologia da informação, Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e seus subprojetos. No terceiro capítulo apresenta-se

a metodologia empregada na pesquisa. No quarto capítulo, tem-se a análise e discussão dos resultados do estudo. E por fim, as considerações finais e as sugestões para futuras pesquisas seguidas pelas referências utilizadas para o desenvolvimento do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Tecnologia da Informação

Diante da constante evolução da tecnologia, o profissional contábil, no uso de suas atribuições se beneficia dessas ferramentas para executar a contabilidade com automatização dos procedimentos, nos quais o desenvolvimento das obrigações seja com segurança e rapidez no acesso aos dados.

Desde modo, o avanço da Tecnologia da Informação (TI) promove a criação de diversos *softwares* que proporcionam rapidez e segurança nos processos contábeis, evitando falhas e ocasionando maior eficácia das informações. Para Oliveira (2003, p.17), “as empresas que informatizaram a contabilidade obtiveram bons resultados e procuraram melhorar esse processo”.

Padoveze (2007, p. 29), ressalta que “[...] a Tecnologia da Informação é, todo o conjunto tecnológico à disposição das empresas para efetivar seu subsistema de informação e suas operações. Esse arsenal tecnológico está normalmente ligado à informática e à telecomunicação, bem como a todo o desenvolvimento científico do processo de transmissão de dados”.

Para Albertin e Moura (2007, p. 13), a “TI tem ocupado cada vez mais lugares nas organizações, na sociedade e na vida das pessoas, seja por meio de fontes de trabalho, apoio, educação ou entretenimento”. Ressaltam ainda que “a TI tornou-se imprescindível para os objetivos e aplicações de uma organização e conseqüentemente como forma de atuação e vantagens”.

Nessa visão, a TI, esboça que num panorama cada vez mais competidor e de cobranças de muita rapidez, flexibilidade e inovação, a informação torna-se um aliado categórico nas táticas das organizações.

De acordo com Ribeiro (2006), o fim principal da contabilidade é o de fornecer informações em caráter financeiro e econômico relativo ao patrimônio da empresa. Em virtude dessa modernização, os profissionais contábeis e as empresas, buscam manterem-se na competitividade e ao mesmo tempo atender aos órgãos reguladores, usando a TI como uma influente ferramenta de processos e de gestão, utilizando-a em grande escala no meio empresarial.

Filho, Rufino e Filho (2014, p. 5), enfatizam que “o uso da TI para facilitar a comunicação entre o governo e os cidadãos; empresas e outras organizações governamentais

teve, nos últimos anos, um avanço de maneira intensa visando suprir os interesses das administrações tributárias, através da recepção das obrigações acessórias por meio eletrônico, o que permite uma maior agilidade, comunicação e fiscalização entre governo e empresas”.

Diante do progresso tecnológico constante e no avanço das obrigações a serem realizados pelas empresas, os órgãos fiscalizadores também se viram obrigados a se modernizar e padronizar as informações. E é nesse panorama que se insere a modificação tecnológica na Contabilidade Empresarial.

Haja vista que a tecnologia está muito presente, a maioria das profissões requer o uso da Tecnologia da Informação para a efetivação do exercício profissional. De maneira geral, a TI é fundamental em nosso dia a dia, pois, em tudo que vivenciamos, fazemos ou desejamos obter possui tecnologia. Desta forma, as funções da contabilidade não se restringem ao âmbito fiscal, tornando-se, promissor ao mercado, sendo essencial para as empresas originando informações mais precisas com intuito de colaborar com as exigências dos órgãos reguladores.

Nesse contexto, percebe-se que a Tecnologia da Informação envolve um grande contingente de informações que compõem um universo de dados interligados para satisfazer a comunicação entre as empresas contábeis e seus clientes. Dos quais, buscam manterem-se competitivas no mercado econômico, tornando a TI indispensável no meio empresarial.

Para isso, deve-se contar com a capacitação de todos os envolvidos no processamento das informações permitindo que consigam atuar no novo modelo de gestão a partir da tecnologia, para que assim, possa se extrair o máximo dos recursos utilizados.

Entretanto, a TI serve como instrumentos que lhe possibilita a geração e manipulação das informações, que não substitui o papel do contador, pois, apenas ele tem a competência de raciocinar, avaliar os fatos, achar soluções e adotar decisões valiosas. Dessa forma, o governo, utilizando-se das informações obtidas por meio da contabilidade, ligada ao progresso tecnológico, o qual proporciona elementos que permitem o cruzamento dessas informações, implantou o SPED.

2.2 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

O SPED é um projeto do governo instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007 e alterado pelo Decreto nº 7.979 de abril de 2013. Foi desenvolvido com o propósito de atender as necessidades entre o Fisco e o contribuinte.

Art. 2 O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (BRASIL, 2013, P?).

Ferreira (2013, p. 19) menciona que o SPED tem por objetivo “[...] realizar a integração entre os fiscos de forma padronizada das informações fiscais e contábeis de forma legal. O SPED propõe ao contribuinte uma racionalização das informações e obrigações acessórias, diminuindo as diversas existentes e transformando em poucas obrigações de forma uniforme”.

Para Duarte (2009, apud., SILVA; ROCHA, 2014, p. 13) “O SPED é fruto de muito trabalho por parte das autoridades fiscais que, em diversos momentos atuaram em conjunto com as empresas privadas participantes do projeto piloto”. Trata-se de um projeto cuja proposta é tornar a identificação de sonegações e fraudes tributárias muito mais eficazes, garantindo agilidade no acesso às informações e eficiência na fiscalização de modo eletrônico, a partir do cruzamento de dados e uma auditoria própria.

Segundo o *site* da Receita Federal do Brasil (RFB):

De modo geral, o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores das esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (Disponível em: < <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>>. Acesso em: 01 set 2016).

Duarte (2008) aponta que essa evolução tecnológica vem transformando em aprendizes os profissionais contábeis que necessitam seguir todo esse processo, visto que carecem manter-se em meio a um aprendizado contínuo e permanente para acompanhar essa modernidade. Neves Júnior, Oliveira e Carneiro (2011) corroboram com esse discurso e apontam também para o impacto desse projeto para as empresas, para o fisco, contadores e profissionais de tecnologia da informação.

Ferreira (2013, p. 18), afirma que o SPED “[...] é consequência de uma grande transformação social que veio para modernizar a forma como as obrigações são transmitidas ao governo”. O autor acrescenta ainda que o projeto faz parte do Programa de Aceleração do

Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em um avanço e/ou modernização sistemática usada para o cumprimento de obrigações acessórias, e, desse modo possibilita a informatização da relação entre o fisco e o contribuinte.

Com o SPED a sociedade presencia uma nova era do conhecimento, onde serão importantes as habilidades humanas, para que se usufrua das informações da melhor maneira possível na entidade. Estruturado sobre três pilares, nota fiscal eletrônica, SPED fiscal e SPED contábil, este projeto visa alterar e modernizar a cultura organizacional das empresas. Essa nova modernização trará muitos impactos para as empresas e os contadores, pois, as informações requeridas pela receita federal, mediante o SPED, obrigam as organizações a terem um software de qualidade e bons profissionais que entendam do assunto, inclusive nas melhorias no processo gerencial da empresa (DUARTE, 2009, apud., SILVA; SILVA; MOARES, 201?, p. 7).

Conforme a Receita Federal do Brasil (2014), a implantação do SPED possui objetivos, premissas e benefícios, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 Principais objetivos do SPED

Objetivos	Descrição
Promover à integração dos fiscos	Mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais;
Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes,	Com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores;
Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários,	Com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Fonte: Adaptado da Receita Federal do Brasil, 2014.

Diante disso, padronizar as obrigações acessórias é preciso, visto que o compartilhamento de informações em transmissão única para os distintos órgãos competentes permitem às autoridades tributárias consultarem numa única fonte de dados todas as informações necessárias.

Sendo assim reduzindo a quantidade de obrigações sem afetar na qualidade e nas informações necessariamente solicitadas, já que o SPED propicia o envio em arquivo único das obrigações acessórias. E com isso forma um único banco de dados com informações contábeis e fiscais, que permite às autoridades tributárias cruzarem informações, tornando mais notável o processo de identificação de ilícitos tributários.

Os Quadros 2 e 3, apresentam respectivamente, as principais premissas e os benefícios do SPED.

Quadro 2 Principais premissas do SPED

	Descrição
Premissas	<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar melhor ambiente de negócios para as empresas no País; • Eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas; • O documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins; • Utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil; • Promover o compartilhamento de informações; • Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica; • Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte; • Redução de custos para o contribuinte; • Mínima interferência no ambiente do contribuinte; • Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte.

Fonte: Adaptado da Receita Federal do Brasil, 2014.

Quadro 3 Principais benefícios do SPED

(continua)

	Descrição
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; • Eliminação do papel; • Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias; • Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas; • Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas; • Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte; • Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação); • Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias • Rapidez no acesso às informações; • Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos; • Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;

Quadro 3 Principais benefícios do SPED (conclusão)

	Descrição
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de custos administrativos; • Melhoria da qualidade da informação; • Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais; • Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes; • Redução do “Custo Brasil”; • Aperfeiçoamento do combate à sonegação; • Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

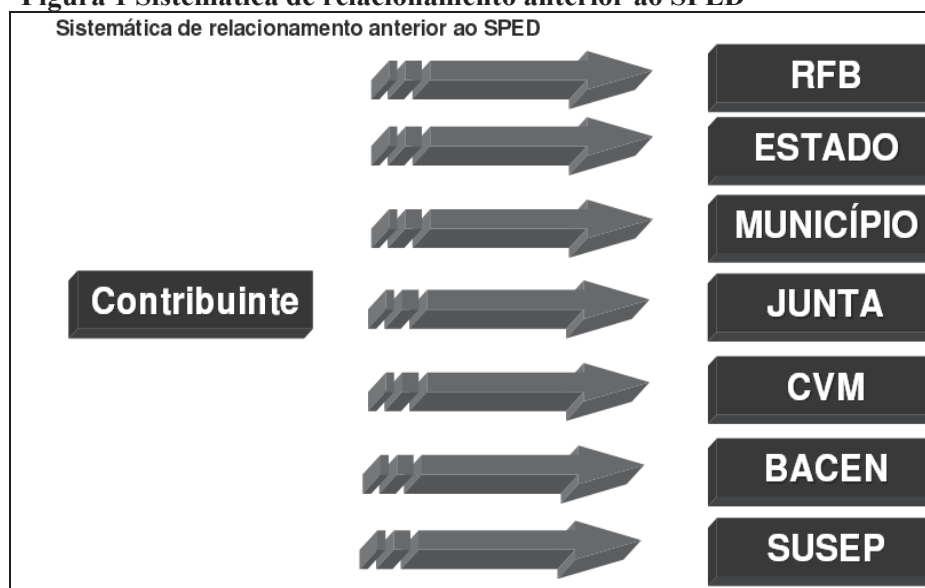
Fonte: Adaptado da Receita Federal do Brasil, 2014.

Em relação aos principais benefícios, observa-se que o SPED proporciona à redução de custos com a emissão e armazenamento de documentos em papel, visto que houve a substituição de documentos impressos por arquivos digitais.

A unificação das informações fornecidas para as esferas governamentais resulta em uma maior rapidez no procedimento de fiscalização, permitindo assim às autoridades tributárias fazer o cruzamento das informações fornecidas pelos contribuintes, tornando mais eficiente o combate da sonegação fiscal.

Destaca-se ainda, em uma maior consistência e confiabilidade na emissão/escrituração de documentos fiscais por parte dos profissionais, a partir da importação dos arquivos digitais, além de permitir redução no tempo de escrituração, exigindo desses profissionais uma maior atenção apenas na auditoria de tais arquivos.

As organizações contábeis se deparam com uma modernização na geração das informações para com o fisco. A Figura 1 mostra a sistemática de relacionamento anterior à implementação do SPED.

Figura 1 Sistemática de relacionamento anterior ao SPED

Fonte: Cleto e Oliveira (2010, p.14).

Observa-se que antes do projeto SPED, o contribuinte estava obrigado ao envio de diferentes documentos informativos, nas diversas esferas governamentais, com regras e prazos especificados por cada um deles. Contudo a implantação do SPED trouxe para as organizações, mudanças significativas.

Nesse aspecto, o Quadro 4 mostra as principais alterações ocorridas com o advento do SPED.

Quadro 4 Principais alterações que ocorreram com o SPED

Mudanças	Descrição
Maior exposição	Com a tecnologia, o Fisco poderá acompanhar mais perto as transações das empresas.
Padronização	A integração da Receita Federal com as secretarias estaduais e municipais de Fazenda padronizará a maneira das empresas apresentarem relatórios diferentes.
Simplificação	A necessidade de imprimir e armazenar livros contábeis e fiscais será eliminado.
Desburocratização	Livros fiscais e contábeis passam a ser eletrônicos e a autenticação, que será feita levando a papelada para carimbar nas juntas comerciais, passa a ser digital.

Fonte: Nasajon e Santos (2010, p. 12)

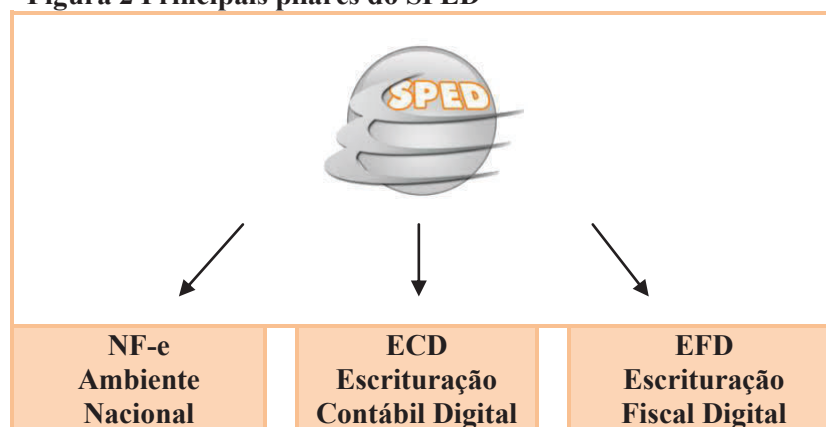
Percebe-se que ocorreram modificações em diversas áreas, desde a tecnológica, passando pela infraestrutura, até a preparação do profissional contábil. No setor tecnológico, viu-se a necessidade de adequação das atualizações dos sistemas utilizados pelas empresas e a aquisição de *softwares* para a geração dos arquivos magnéticos definidos pelo SPED.

Quanto às questões de infraestrutura, as empresas tiveram que organizar melhor a sua rede de telecomunicações, a partir da instalação de equipamentos com maior capacidade de armazenamento dos dados eletrônicos; transmissão de dados via servidores com maior capacidade de processamento e armazenamento; como também sistemas de computação com maior velocidade de carregamento uma vez que todas essas informações são transformadas em arquivos eletrônicos e não mais em papéis.

Essas mudanças afetam inteiramente o profissional contábil, visto que as informações prestadas ao fisco deverão estar dentro das normas vigentes para evitar multas e sanções. Em virtude da integração direta com o fisco, e por gerar maior responsabilidade exigiu mais qualificação por parte dos profissionais da área. Isto levou os escritórios contábeis a investir na capacitação de seus colaboradores com o intuito de não só entender, mais executar com qualidade todo o processo gerador e de transmissão de informações determinadas pelo SPED.

Segundo Oliveira e Gallo (2013), o SPED constitui-se de três pilares¹: a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Escrituração Contábil Digital (ECD). Esses e outros subprojetos foram criados com a implantação do projeto SPED, assim como os demais, estes são essenciais para o funcionamento desse sistema em conjunto com os contribuintes. A Figura 2 apresenta os principais pilares do SPED.

Figura 2 Principais pilares do SPED



Fonte: Elaboração própria, 2016.

¹ Ressalte-se que nesse estudo, optou-se por destacar apenas esses três subprojetos, a partir do proposto por Oliveira e Gallo (2013).

Azevedo e Mariano (2009) ressaltam que para a elaboração do projeto, o Brasil buscou exemplos do exterior. Os autores ainda destacam que o SPED é mais que uma alteração da forma de cumprimento das obrigações, é a alteração da “cultura do papel”, presente na sociedade, pela utilização de arquivos digitais. E, espera-se que com o aperfeiçoamento do sistema possa haver maior eficácia no combate a evasão fiscal.

2.2.1 Nota Fiscal Eletrônica (NF-E)

A NF-e, é a substituição da nota de papel pela digital, nela será guardada eletronicamente toda a circulação de Mercadorias e Serviços efetuados pelas empresas, tendo como garantia jurídica a assinatura digital.

Para Duarte (2009), trata-se de um documento eletrônico que contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da operação a ser realizada. Este documento é assinado com certificado digital do remetente e enviado à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) de sua unidade federativa, para validação e autorização.

De acordo com o Portal da NF-e (2014), a Nota Fiscal Eletrônica:

Podemos conceituar a Nota Fiscal Eletrônica como sendo um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do remetente (garantia de autoria e de integridade) e a Autorização de uso fornecida pelo Fisco, antes da ocorrência do fato gerador.

A NF-e um documento de existência exclusivamente digital, que substitui o procedimento de documentar as operações de circulação de mercadorias ou prestação de serviços em papéis pelo meio eletrônico.

Em conformidade com RFB (2014), A nota fiscal eletrônica tem validade em todos os estados da Federação e já é uma realidade na legislação brasileira desde outubro de 2005, com a aprovação do Ajuste SINIEF 07/05 que instituiu nacionalmente a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE. Uma vez que é processada a emissão do documento eletronicamente, a NF-e gera a impressão de um documento em papel, chamado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), que tem como finalidade de acompanhar a circulação das mercadorias e até mesmo promover a consulta da respectiva NF-e via *internet*.

Desta forma SPED é uma tecnologia que veio substituir a impressão de notas e livros fiscais em papel pela escrituração digital, ou seja, entrega de livros em formato digital e padronizado. Facilitando a relação contribuinte com fisco.

2.2.2 Escrituração Fiscal Digital (EFD)

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é um arquivo digital composto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações, registros de apuração de impostos referente às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, onde deverá ser assinado digitalmente e transmitido via *internet*.

Conforme o portal do SPED (2014), a EFD “É um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte”.

A EFD, também chamada de SPED Fiscal, é um arquivo digital, que se constituído de um conjunto de escriturações de documentos fiscais registro de apuração de impostos referente a todas as operações e prestações feitas pelo contribuinte e de outras informações de interesse dos Fiscos, a qual visa substituir a obrigação de escriturar livros fiscais em papel. O arquivo da EFD representa o livro fiscal, no formato de arquivo digital, sendo, deste modo, sendo dispensável a impressão dos livros fiscais.

Para a Receita Federal (2014), a EFD:

É um arquivo digital, que constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesses dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via internet, ao ambiente SPED.

Nessa visão percebe-se que o EFD consiste na digitalização da escrituração fiscal que tem o intuito de unificar as informações fiscais praticadas pelo contribuinte, por meio de arquivos digitais de interesse das esferas governamentais no âmbito Estadual e Municipal.

Para Duarte (2009, p.135), o EFD que é o terceiro pilar do SPED, instituído pelo Convênio ICMS no 143/2006, de 20/12/2006.

Cláusula primeira Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital – EFD, em arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

Os arquivos da EFD devem ser assinados com certificado digital do representante legal da empresa. O arquivo digital da EFD deverá ser enviado até o dia vinte (alterado pelo Decreto 2.517-R de 12/05/2010) do mês subsequente ao encerramento do mês da apuração. O prazo de envio do arquivo da EFD permanece até o dia 20 independentemente de ser final de semana ou feriado.

Esse arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA), fornecido pelo SPED, o qual verifica a consistência das informações prestadas no arquivo. Após essas verificações, o arquivo digital é assinado por meio de certificado digital.

Sendo assim, a EFD somente terá validade, para fins fiscais, após a confirmação de recebimento do arquivo pelo fisco. A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital não dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações nele constantes, na forma e prazos estabelecidos pela legislação aplicável.

A EFD tem o objetivo de substituir diversas obrigações fiscais que as empresas devem apresentar ao fisco, conforme consta no site da (RFB, 2014), “Atualmente, as informações requeridas pelo fisco são fornecidas por meio de um grande número de demonstrações em meio eletrônico e diferentes leiautes, o que acarreta um aumento de obrigações acessórias ao contribuinte”.

Diante disso, a EFD é um arquivo digital, que unifica as obrigações dos contribuintes decorrentes das operações praticadas, a fim suprir a escrituração dos livros fiscais, tais como: Registro de Entrada, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração de IPI e Registro de Apurações de ICMS impressos.

2.2.3 Escrituração Contábil Digital (ECD)

Escrituração Contábil Digital – ECD ou SPED Contábil é a substituição da escrituração em papel pela informação em formato digital. Uma obrigação de transmitir em versão digital os Livros, Balanços e Fichas de Lançamentos.

Refere-se à digitalização da escrituração dos Livros Contábeis, transformando-os em arquivos digitais e a substituição dos Livros impressos para validade Jurídica. Nessa Visão a RFB (2014), esboça que o SPED contábil, A Escrituração Contábil Digital é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros:

- I - livro Diário e seus auxiliares se houver;
- II - livro Razão e seus auxiliares se houver;
- III - livro Balancetes Diários Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Nessa visão a Instrução Normativa RFB nº 787/07, estão obrigadas a adotar a ECD:

- I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.
- II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Portanto, a partir do ano-calendário 2009, estão obrigadas ao SPED Contábil todas as sociedades empresárias tributadas pelo lucro real. Para as outras sociedades empresárias a ECD é facultativa. As sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação.

As regras de obrigatoriedade não levam em consideração se a sociedade empresária teve ou não movimento no período. Sem movimento não quer dizer sem fato contábil. Normalmente ocorrem eventos como depreciação, incidência de tributos, pagamento de

aluguel, pagamento do contador, pagamento de luz, custo com o cumprimento de obrigações acessórias (como apresentação de DCTF e DIPJ), entre outras.

Para Duarte (2009), a Escrituração Contábil Digital (ECD) é o pilar contábil do SPED. Simplificadamente pode-se entender a ECD como a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital.

Sendo assim, podemos observar que a ECD é a escrituração contábil em arquivo digital, na qual substituem a escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital – ECD. Uma obrigação de transmitir em versão digital os Livros, Balanços e Fichas de Lançamentos. Livros Contábeis impressos por arquivos eletrônicos.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Este trabalho se classifica como descritivo. De acordo com Gil (1999, apud BEUREN, 2009, p. 81), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos adotados para se alcançar os objetivos propostos, foram utilizados dois tipos de pesquisas: a bibliográfica e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica é apresentada através da discussão na literatura acerca da temática estudada, tendo como meios para consultas livros, artigos científicos, dissertações, etc., isto é, tudo o que já foi publicado anteriormente em relação à temática abordada. Para Marconi e Lakatos (2009, p.185):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Diante da necessidade que existe em promover pesquisa sobre o tema, foi feita uma pesquisa de campo, que segundo Ibid. (2009, p. 188) “[...] é aquela utilizada com objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

3.2 Quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem aplicada na pesquisa, está caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2009) a pesquisa qualitativa, preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano.

Empregou-se o método quantitativo, que segundo Beuren (2012, p. 92) “Caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos”.

3.3 Quanto ao método

Classifica-se como indutivo que, no entendimento de Marconi e Lakatos (2007, p. 86) refere-se ao “[...] processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, inferem-se uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas”.

3.4 Universo e amostra da pesquisa

Desse modo, a composição do universo da pesquisa é composta por 05 escritórios distribuídos no município. Quanto à amostra, composta por profissionais contábeis, localizados no município de Sume/PB a pesquisa foi realizada com aplicação de questionário aos profissionais contábeis.

Torna-se importante mencionar também, que os dados obtidos são parte de uma amostra intencional e não-probabilística. Nas amostras intencionais enquadram-se diversos elementos em que o pesquisador deliberadamente escolhe certos quesitos para pertencer a amostra, por julgar tais escolhas bem representativos da população. Alerta-se que as informações obtidas não podem ser generalizadas para outras categorias profissionais, mas podem proporcionar elementos base para a identificação da dinâmica do tema investigado (OLIVEIRA; ALMEIDA; BARBOSA, 2013, apud. GOMES, 2014).

3.5 Instrumentos de coleta de dados

A técnica da coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa deu-se através da aplicação de um questionário, direcionado aos contadores da cidade de Sumé/PB, responsáveis por mais de cem empresas distribuídas em todo cariri paraibano. Para Gil (1999), a utilização de questionário como instrumento de coleta de dados é uma técnica de investigação com questões apresentadas por escrito às pessoas, objetivando conhecer suas opiniões, expectativas e situações vivenciadas.

O questionário foi composto por 14 questões do tipo fechadas, fechadas/abertas e abertas; as perguntas estão dispostas e classificadas em quatro etapas, com o propósito de conhecer: a) o perfil do respondente/participante; b) a caracterização do escritório; c) os impactos decorrentes da implantação do SPED; e d) a percepção do profissional contábil sobre a utilização desse sistema, quais providências foram ou estão sendo tomadas para atender as necessidades demandas pelo projeto.

3.6 Tratamentos de Dados

Os dados foram tratados e tabulados com o auxílio do programa computacional Microsoft *Excel*[®] 2010 e estão apresentados em forma de Tabelas com suas devidas interpretações e discussões.

Na interpretação dos dados, o pesquisador busca analisar de forma mais profunda os dados que tabulou e organizou. Segundo Beuren (2012, p. 136), “na fase de interpretação dos dados, deverá haver uma correlação dos dados coletados com a base teórica que sustentou a pesquisa”.

Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas no programa *Microsoft Excel* (versão 2010) e estão organizados em tabelas para uma melhor visualização e análise. Para Ferrão (2003, apud. CAMPOS; GOMES; LIMA JÚNIOR, 2015, p. 24) “Uma vez que os dados foram coletados e elaborados, a fase seguinte é a interpretação. Esta constitui a parte central da pesquisa, que sobrevive ou se perde, dependendo do que o autor consiga fazer”.

De posse dos dados coletados, optou-se por apresentar as informações acerca do perfil dos profissionais da contabilidade; os dados relacionados à implantação do SPED; e, os dados relacionados à percepção dos profissionais contábeis do município de Sumé com relação ao Sistema Público de Escrituração Digital.

Como suporte aos resultados alcançados, utilizou-se para a análise de frequência absoluta e relativa das respostas o proposto por Campos, Gomes e Lima Júnior (2015), visto que contribuem significativamente para a validação dos resultados obtidos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, tem-se a análise e discussão dos dados da pesquisa distribuída em três seções.

4.1 Perfil dos Profissionais da contabilidade

Buscou-se conhecer o perfil socioeconômico dos respondentes a partir de algumas questões que envolvem as seguintes variáveis: faixa etária, sexo e escolaridade, conforme mostra a Tabela 1.

Observa-se que 100% dos respondentes são do sexo masculino. Os dados revelam também que 60% dos respondentes têm entre 36 e 40 anos e 40% estão acima de 40 anos; e com relação ao grau de escolaridade constata-se que 80% possuem graduação e 20% nível técnico.

Tabela 1 Perfil socioeconômico dos profissionais

Sexo	Masculino	100%
	Feminino	0%
Faixa etária	Até 25 anos	0%
	Entre 26 e 30 anos	0%
	Entre 31 e 35 anos	0%
	Entre 36 e 40 anos	60%
	Acima de 40 anos	40%
Escolaridade	Nível Técnico.	20%
	Graduação	80%
	Especialização	0%
	Mestrado	0%
	Doutorado	0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

4.2 Implantação do SPED

Determinado o perfil dos respondentes, procurou-se verificar as informações acerca da implantação do SPED na rotina dos escritórios de contabilidade que participaram da pesquisa. As informações coletadas nesta etapa tratam sobre o regime de tributação; que mudanças ou adaptações nas estruturas e rotinas foram implementadas; e, as dificuldades e os benefícios

existentes nesse processo proporcionados pelo SPED para cumprir com as obrigações tributárias, quando comparado com a quantidade de recursos aplicados antes de seu surgimento.

No que se refere ao regime de tributação das empresas atendidas pelos escritórios pesquisados, a Tabela 2, mostra que 86% estão enquadradas no Simples Nacional, 13% no Lucro presumido e 1% enquadradas como Lucro Real. Ressalta-se que essa classificação é com base nos critérios de nivelamento do faturamento anual segundo a classificação da Receita Federal.

Ressalta-se que as micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil. São considerados como os grandes pilares da economia nacional, grandes responsáveis pela geração de empregos através do seu número de estabelecimentos presentes em todo território nacional. Os Pequenos Negócios registraram faturamento médio de R\$ 27,8 mil, em maio/2016. Comparado com o mês anterior, o valor médio subiu 0,4% (SEBRAE, 2016).

Tabela 2 Regime de tributação das empresas atendidas pelos escritórios de contabilidade

Regime de Tributação	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Simples Nacional	234	86%
Lucro Presumido	35	13%
Lucro Real	4	1%
Total	273	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Com relação às mudanças nas estruturas físicas dos escritórios para a implantação do SPED, os respondentes mencionaram haver realizado adaptações nas instalações. Neste aspecto, com a implantação do SPED através do Decreto 6.022/2007 as rotinas dos escritórios contábeis precisaram passar por ajustes face às mudanças impostas pela nova legislação, entre as quais, citam-se, os subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica; Escrituração Fiscal Digital; Escrituração Contábil Digital, que exigiram maior capacitação desses profissionais para que pudessem com segurança se encaixar a ao novo panorama digital de modificações exigidas pelo Projeto SPED.

Ressalta-se ainda, que segundo os respondentes, houve uma grande mudança na questão ligada ao investimento em TI como ferramenta de apoio na geração da informação de forma a contemplar as exigências impostas pelos entes federativos e ainda afirmaram que além das mudanças supracitadas foi a transição do modo da escrituração contábil e fiscal

passando a unificar todas as informações em um banco de dados único, e dessa forma tornando um controle maior por parte da Receita Federal.

Na análise das dificuldades encontradas para implantação do SPED, foi possível detectar que os entrevistados enfrentaram fragilidades nessa implantação. A partir da percepção dos respondentes, pôde-se concluir que as maiores dificuldades estão relacionadas a capacitação do pessoal, entendimento da legislação relativa ao sistema, falta de informação e suporte para dúvidas e ainda dificuldade de entendimento na informação gerada.

Para Silva (2016, p.10), “[...] a realização de treinamentos faz parte do planejamento que deve ser elaborado por todas os entes federativos a afim de acompanhar de forma objetiva a realização das atividades, evitando assim erros e problemas futuros”.

Quanto ao entendimento da legislação relativa ao sistema, estes não apresentaram um conhecimento seguro, onde ainda na visão de Ibid. (2016, p. 6), destaca que “a adoção do SPED implica um elevado grau de exibição ao fisco das informações fiscais, financeiras e contábeis das empresas. Nesse contexto, os responsáveis pela implantação do SPED necessitam assegurar que níveis satisfatórios de acurácia, consistência e aderência às normas legais serão atingidos”.

Com relação aos principais benefícios proporcionados com a implantação do SPED, verificou-se que os respondentes reconheceram o alto poder oferecido por esta implantação, onde estes elencaram como benefícios: redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; rapidez no acesso às informações; redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias; redução do tempo de escrituração dos documentos fiscais e de erros de digitação; uniformização das informações que o contribuinte envia às diversas unidades federadas.

Ferreira (2013, p. 18), afirma que o SPED “[...] é consequência de uma grande transformação social que veio para modernizar a forma como as obrigações são transmitidas ao governo”. Segundo a Receita Federal do Brasil (RFB), os benefícios trazidos pelo SPED consistem na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores das esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

4.3 Dados Referentes ao Profissional Contábil em Relação ao SPED

Em vista da importância da preparação dos profissionais que estão à frente para atender às exigências legais trazidas pela implantação do SPED, a Tabela 3 evidencia que 80% dos profissionais necessitaram de ferramentas para atender as exigências fiscais. Chama-se atenção para esse percentual encontrado, pois o SPED entrou em vigor desde 2007 através do Decreto 6.022/2007 e ainda hoje existem profissionais que não estão preparados para atender a essas exigências.

Oliveira e Ávila (2014) ressaltam que o SPED é um sistema que exige por parte do profissional contábil uma grande qualificação profissional de maneira a conduzir com segurança e responsabilidade um formato digital diferenciado nas escriturações contábil e fiscal, das organizações obrigadas ao sistema.

Observa-se que o percentual cai para 20% entre aqueles que afirmam estar preparado frente das exigências fiscais. Campos (2012, p. 28) enfatiza que as “[...] constantes alterações no ambiente de negócios do país vem exigindo, cada vez mais, dos profissionais da Contabilidade o desenvolvimento de determinadas competências”. Visto que esse profissional é o detentor da atribuição de orientar e supervisionar a coleta, formatação e geração das informações contábeis e fiscais enviadas pelas empresas à Administração Tributária.

Tabela 3 Preparação dos profissionais que estão à frente da Contabilidade para atender às exigências legais trazidas pela implantação do SPED

Preparação	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Não estão preparadas para atender as exigências fiscais.	0	0%
Necessitou de ferramentas para atender as exigências fiscais	4	80%
Estão preparados para atender as exigências fiscais	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Depois de se evidenciar a preparação do profissional frente ao SPED, fez-se necessário, indagar quanto às principais providências tomadas com relação ao atendimento as necessidades resultantes da implantação do SPED.

Em vista das adesões feitas ao projeto, houve uma preocupação em cerca de 100% dos profissionais pesquisados em participação em palestras e cursos, leitura e entendimento das legislações vigentes acerca do SPED. Providências essas tomadas não só para poder fornecer

informações junto ao processo da escrituração, mas, também para dar suporte e passar o entendimento da referida legislação aos seus clientes, e por isso, teve a necessidade de preparar-se diante das respectivas demandas para implantação do projeto nas suas empresas clientes.

Filho, Rufino e Filho (2014), corroboram com os resultados acima, onde na percepção deles, a implementação do SPED representa uma grande transformação na área contábil, nesse contexto o profissional passa a reportar informações de maior qualidade assessorando os seus clientes no cumprimento de todas as exigências decorrentes da utilização do SPED e assim estes devem estar preparados e qualificados acerca de toda a legislação pertinente ao assunto.

Destaca-se ainda a responsabilidade do profissional frente a essas novas exigências, onde para Duarte (2008), com o SPED a responsabilidade do profissional contábil torna-se maior, uma vez que o trabalho intelectual sobrepõe-se ao operacional. Ressalta também que consiste na alteração da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias, visto que os livros, documentos contábeis e fiscais impressos em papel serão substituídos por documentos eletrônicos validados por meio de certificação digital, garantindo assim a sua autoria e validade jurídica.

Diante das principais necessidades demandadas pelo SPED, buscou-se verificar qual o principal fator que o respondente atribui como o mais importante para que o profissional da contabilidade exerça com responsabilidade o seu papel, conforme mostra a Tabela 4, 80% dos respondentes elencaram a qualificação profissional seguido por 20% relacionado ao entendimento corretamente da legislação.

Sasso e Rosa (2011, p. 4), apontam que as “[...] inovações tecnológicas, as mudanças aceleradas do mundo globalizado, e a competitividade mercadológica exigem grande capacidade de adequação por parte do profissional contábil, e com o aumento do número de empresas obrigadas a aderir ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED – aumenta também a preocupação em torno da qualificação profissional”.

Tabela 4 Principal fator considerado para que o profissional da Contabilidade exerça com responsabilidade o seu papel

Principal fator	Frequências Absoluta	Frequências Relativas
Qualificação	4	80%
Capacitação de Interpretar corretamente a legislação	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Com relação a avaliação quanto às mudanças nas rotinas de seus escritórios para atender a implantação do SPED, a Tabela 5 demonstra que 80% dos respondentes realizaram várias modificações. Pois com a implementação do SPED, algumas alterações desde a infraestrutura tecnológica, passando pelos processos, pela comunicação e pela evolução cultural das pessoas tiveram que ser implantadas.

Fernandes e Kirinus (2012) mencionam que as empresas terão que investir em capacitação para que todos tenham o perfeito entendimento do novo cenário. O SPED exigirá uma mudança de cultura nos profissionais, em seus processos de trabalho e em sua visão sobre o negócio das empresas. Terão que se preparar para que o processo tenha uma comunicação eficiente, garantindo, desse modo, o fluxo das informações, e, conseqüentemente, o atendimento ao SPED por completo.

Tabela 5 Mudanças nas rotinas de sua Contabilidade, após o SPED

Mudanças	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Nenhuma rotina	0	0%
Apenas algumas rotinas foram modificadas	1	20%
Várias Rotinas foram modificadas.	4	80%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Diante desses fatores, é perceptível que adoção do SPED representa uma grande mudança na área contábil com impactos legais e operacionais, nesse contexto o profissional contábil que serve de intermediador entre o fisco e as empresas, passa a ser mais exigido pelas empresas. Tanto para reportar informações de maior qualidade como assessorar os seus clientes no cumprimento de todas as exigências decorrentes da utilização do SPED.

Com relação ao maior impacto verificado em decorrência da implantação do SPED nas empresas, na Tabela 6 estão os dados referentes ao maior impacto, na visão dos respondentes,

gerado com a implantação do SPED nas empresas para as quais prestam serviços contábeis. Verifica-se que 40% estão relacionados à maior agilidade na geração das informações fiscais e contábeis, seguido pelo mesmo percentual 40% para a falta de mão de obra qualificada para trabalhar com o SPED fiscal e 20% ligado às necessidades de investimento em novas tecnologias.

Tabela 6 Maior impacto verificado em decorrência da implantação do SPED nas empresas

Impacto	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Maior agilidade na geração das informações fiscais e contábeis	2	40%
Falta de Mão de obra qualificada para gerar as informações do SPED	2	40%
Necessidades de investimento em novas tecnologias	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Diante das informações apresentadas, um dos requisitos para que o processo de implantação do SPED ocorra com eficácia é que o profissional da Contabilidade exerça adequadamente o seu papel. Para tanto, faz-se necessário que desenvolva o domínio conceitual e operacional do Sistema Público de Escrituração Digital (CAMPOS, 2012, p.28).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo identificar a percepção dos contadores da cidade de Sumé-PB com relação a implementação do SPED Fiscal.

Realizou-se uma revisão de literatura acerca do tema em questão como: Tecnologia da informação, Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), Nota fiscal eletrônica, Escrituração Fiscal Digital e Escrituração Contábil Digital. E, com o intuito de atender ao objetivo proposto por esta pesquisa, desenvolveu-se uma pesquisa de campo através da aplicação de um formulário estruturado aplicado aos profissionais contábeis do município de Sumé - PB.

Após realizar a pesquisa, foi verificado que 100% dos respondentes afirmaram que realizaram adaptações em suas instalações. Pois, com a implantação do SPED através do Decreto 6.022/2007 a rotina dos escritórios contábeis tiveram que se adaptar a esse novo cenário. Ressalta-se ainda, que segundo os respondentes, houve uma grande mudança na questão ligada ao investimento em TI como ferramenta de apoio na geração da informação de forma a contemplar as exigências impostas pelos entes federativos e ainda afirmaram que além das citadas mudanças acima, foi a transição do modo da escrituração contábil e fiscal passando a unificar todas as informações em um banco de dados único, e dessa forma tornando um controle maior por parte da Receita Federal.

Na análise das dificuldades encontradas para implantação do SPED, foi possível detectar que todos os entrevistados enfrentaram fragilidades nessa implantação. A partir da percepção dos respondentes, pôde-se concluir que suas maiores dificuldades estão relacionadas a capacitação do pessoal, entendimento da legislação relativa ao sistema, falta de informação e suporte para dúvidas e ainda dificuldade de entendimento na informação gerada.

Com relação aos principais benefícios proporcionados através da implantação do SPED, detectou-se que todos os entrevistados reconheceram o alto poder oferecido por esta implantação, onde estes elencaram benefícios ligados: redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; rapidez no acesso às informações; redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias; redução do tempo de escrituração dos documentos fiscais e de erros de digitação; uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas.

Na análise da percepção do profissional contábil em relação ao SPED, ficou evidenciado que 80% dos profissionais necessitam ainda de ferramentas para atender as exigências fiscais. Chama-se atenção para esse percentual encontrado, pois o SPED entrou em

vigor desde 2007 através do Decreto 6.022/2007 e assim de acordo com a referida pesquisa, ainda existe profissionais que não preparados para atender a essas exigências.

Quanto às principais providências tomadas com relação ao atendimento as necessidades resultantes da implantação do SPED, houve uma preocupação em cerca de 100% dos profissionais pesquisados em participação em palestras e cursos, leitura e entendimento das legislações vigentes acerca do SPED.

Com relação ao fator principal considerado para que o profissional da Contabilidade exerça com responsabilidade o seu papel nessa circunstância atual, observou-se que 80% dos respondentes elencaram a qualificação profissional.

Na avaliação quanto às mudanças nas rotinas de seus escritórios para atender a implantação do SPED, percebeu-se que 80% dos respondentes realizaram várias modificações, desde a infraestrutura tecnológica, passando pelos processos, pela comunicação e pela evolução cultural das pessoas tiveram que ser implantadas.

Com relação maior impacto verificado em decorrência da implantação do SPED nas empresas, percebeu-se que 40% está relacionado a maior agilidade na geração das informações fiscais e contábeis, seguido pelo mesmo percentual 40% para a falta de mão de obra qualificada para trabalhar com o SPED fiscal e 20% ligado as necessidades de investimento em novas tecnologias.

Essa pesquisa apresenta como principal limitação o tamanho da amostragem, com o número reduzido de profissionais, em relação a uma amostra composta por 05 profissionais contábeis no município de Sumé.

Diante das informações acima apresentadas, sugere-se como futuras pesquisas, a ampliação desse estudo voltado para buscar a percepção de profissionais contábeis com relação a pós implantação do Sistema Público de Escrituração Fiscal, analisando dessa forma seus impactos decorrentes dessa implantação.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz; MOURA Rosa Maria. **Tecnologia de Informação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. In: **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BRASIL, Convênio do ICMS nº 143, 20 de Dezembro de 2006. **Institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD**. Disponível em: < http://www.sefaz.se.gov.br/SPED/legislacao/convenio_ICMS_143_06.pdf >. Acesso em 01/04/2014.

BRASIL, Decreto n. 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital SPED**. Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm> >. Acesso em 01/04/2014.

BRASIL, **Decreto n. 7.979, de 8 de Abril de 2013**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm#art1 >. acesso em 01/04/2014.

BRASIL, **Federal do Brasil**. Disponível em < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm> > acesso em 01/04/2014.

BRASIL, Instrução Normativa RFB nº 787, 19 de Novembro de 2007. **Institui a Escrituração Contábil Digital**. Disponível em < <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7872007.htm> >. Acesso em 27/06/2014.

BRASIL, Receita do Brasil. In **Escrituração Fiscal Digital** Disponível em < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/SPED-fiscal/o-que-e.htm> > acesso em 01/04/2014.

BRASIL, Receita Federal do Brasil. In **Sistema de Escrituração Contábil Digital**. Disponível em < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/SPED-contabil/default.htm> > acesso em 03/04/2014

BRASIL, Receita Federal do Brasil. In: **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/SPED-fiscal/o-que-e.htm> > acesso em 01/04/2014.

CAMPOS, Alana Carlos; GOMES, Maristela da Silva; LIMA JÚNIOR, Gilberto Franco. A percepção dos concluintes e graduados dos cursos de Ciências Contábeis de uma IES da Paraíba sobre o mercado de trabalho na área de Perícia Contábil: um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n. 214, p. 19-31, 2015.

CAMPOS, Saulo José de Barros. **Competências Necessárias à Implantação Eficaz do SPED: percepção dos operadores de Contabilidade do RN**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em

Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CLETO, Nivaldo; OLIVEIRA, Fabio Rodrigues. **Manual de Autenticação dos Livros Digitais, SPED CONTÁBIL, Escrituração Contábil Digital - ECD**. 1 ed., São Paulo: Fiscosoft Editora LTDA, 2010. Disponível em < http://www.juntacomercial.pr.gov.br/arquivos/File/manual_SPED.pdf >. Acesso em 25/06/2014.

DUARTE, Roberto Dias. **BIG BROTHER FISCAL: O Brasil na Era do Conhecimento: Como a certificação digital, Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e NF-e estão transformando a gestão empresarial**. Ed. 3ª. São Paulo: ideas@work, 2009. Disponível em < <http://www.robortodiasduarte.com.br/files/bbf3-v1.01s.pdf> >. Acesso em 01/04/2014.

DUARTE, Roberto Dias. **BIG BROTHER FISCAL: O Brasil na Era do Conhecimento: Como a Certificação Digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. Ed. 2ª. São Paulo: ideas work, 2008.

FERNANDES, Alexandre Roberto Villanova; KIRINUS, Josiane Boeira. **Principais Dificuldades para a Aplicação do SPED Contábil e Fiscal**, 2012.

FERREIRA, Danilo Alves Vera. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): A Contabilidade Frente às Mudanças de Cenários do Gerenciamento das Organizações**. Monografia Apresentada No Curso de Ciências Contábeis do Centro Superior do Ceara, Faculdades Cearenses – FAC, 2013.

FILHO, Gilberto Magalhães da Silva; RUFINO, Maria Audenôra; FILHO, Paulo Amilton Leite. **Impacto nos Custos Decorrentes da Adoção do SPED: Um Estudo Realizado em Empresas do Município de João Pessoa**, 2014.

FILHO, Gilberto; LEITE FILHO, Paulo. **Nível de Conhecimento dos Contadores em Relação ao Sped: Um Estudo Exploratório por Meio da Teoria de Resposta ao Item**, 2015.

GERON, Cecília Moraes Santos; FINATELLI, João Ricardo; FARIA, Ana Cristina de. ROMEIRO, Maria do Carmo. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção**, 2011. Disponível em < <http://www. www.repec.org.br> >. Acesso em 14/09/2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maristela da Silva; MAZZER, Lílian Perobon; KNOFF, Luana Cristina. Mapeamento de publicações científicas sobre a pesquisa contábil em Auditoria nos periódicos nacionais: uma adaptação do processo *Proknow-C* na seleção de um portfólio bibliográfico e análise bibliométrica. *In. V Congresso dos TOC*. Lisboa: Portugal, 2015. Disponível em: <http://www.occ.pt/news/trabalhoscongv/trabalhoscongv.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

GORDON, Steven R; GORDON, Judith R. **Sistemas de Informação uma abordagem Gerenciais**. 3. Ed. Rio Janeiro; LTC, 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASAJON, Cláudio; SANTOS, Eunice. **SPED e NF-e: Vem cá, que a gente explica**, 2010.

NEVES JÚNIOR, I. J.; OLIVEIRA, C. M.; CARNEIRO, E. E. **Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital -SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal**. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE. Anais. São Paulo: USP, 2011.

OLIVEIRA, Denis dos Reis; ÁVILA Lucimar Antônio Cabral de. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Um Estudo do Nível de Qualificação dos Profissionais Contábeis em uma Cidade do Estado de Minas Gerais**, 2014.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade informatizada**. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Fabio Rodrigues de; GALLO, Mauro Fernando. **SPED e sistemas de informação, FICOSoft**. Editora Ltda, 2013, São Paulo

PADOVEZE, Clóvis L. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise**. 5. ed. RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Básica Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RUSCHEL, Marcia Erna, FREZZA, Ricardo. **O impacto do SPED na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil**, 2011. São Paulo: Atlas, 2007.

SASSO, Alexandra; ROSA, Ivana Carla da; BARBOSA, Alberto, **O SPED e Seus Reflexos na Profissão Contábil, 2011**.

SILVA, Amanda de Lima Marques. Percepção dos Contadores Quanto às Dificuldades de Competência Técnica por Parte das Entidades do Terceiro Setor para a Implantação do SPED, em Cumprimento à Instrução Normativa Nº 1.510/2014. In: **XIII Congresso USP de Iniciação Científica**, São Paulo, 2016. Disponível em <<http://congressosp.fipecafi.org/arquivos/TrabalhosAprovados-2016-pdfs/109.pdf>>. Acesso em junho de 2016.

APÊNDICE



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - ESCRITÓRIO

TEMA DA PESQUISA: SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED): O IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS NA CIDADE DE SUMÉ – PARAÍBA

Venho através dessa solicitar a vossa colaboração, respondendo o questionário abaixo, que tem por objetivo, identificar a percepção dos Contadores da Cidade de Sumé/PB, com relação a implantação de SPED Fiscal.

Ressaltamos que a identificação dos empreendimentos será mantida em sigilo.

Graduanda: Maria aparecida de Lima Silva Menêzes

Fone: (83) 9613 5170

E-mail: cidinha.sume@hotmail.com

Data da Aplicação: ____/____/____

I – DADOS REFERENTES AO RESPONDENTE

1) Qual sua faixa etária

- Até 25 anos;
- Entre 26 e 30 anos;
- Entre 31 e 35 anos;
- Entre 36 e 40 anos;
- Acima de 40 anos.

2) Qual seu sexo

- Masculino;
- Feminino.

3) Escolaridade

- Nível Técnico;
- Graduado;
- Especialização;
- Mestrado;
- Doutorado.

II – DADOS REFERENTES A IMPLANTAÇÃO DO SPED

4) Com relação ao regime de tributação dos seus clientes atribua o percentual de Clientes enquadrados em cada um dos seguintes regimes:

- a. Simples Nacional _____
- b. Lucro Presumido _____
- c. Lucro Real _____
- d. Lucro Arbitrado _____

5) De acordo com a sua percepção, foram necessárias mudanças ou adaptações nas estruturas e rotinas das empresas que implantaram o SPED?

- a. () Sim
- b. () Não

6) Se a resposta anterior foi sim, cite quais as principais mudanças ou adaptações estruturais de rotinas, resultantes da implantação do SPED.

7) Marque a(s) opção(s) que melhor define as dificuldades encontradas pelas implantaram o SPED empresas.

- () Interpretação da legislação.
- () Aplicação da legislação.
- () Geração de arquivo.
- () Encontrar software adequado.
- () Preparação do pessoal.

8) Na sua percepção enquanto profissional de Contabilidade, quais os principais vantagens (benefícios) proporcionadas pelo SPED.

- () Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel.
- () Rapidez no acesso às informações.
- () Possibilidade de troca de informação entre os próprios contribuintes a partir de um *laioute* padrão;
- () melhoria da qualidade da informação.
- () Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

IV – DADOS REFERENTES AO PROFISSIONAL CONTÁBIL EM RELAÇÃO AO SPED

9) Você enquanto profissional da Contabilidade, qual a sua percepção em relação à preparação dos profissionais que estão à frente da Contabilidade para atender às recentes exigências legais trazidas pela implantação do SPED?

- Não estão preparados para atender às exigências fiscais;
- Necessita de ferramenta para atender às exigências fiscais;
- Estão preparados para atender às exigências fiscais;
- Outra – Qual? _____

10) Qual a principal providência com relação ao atendimento às novas necessidades dos seus clientes, resultantes da implantação do SPED? Assinale quantas opções forem necessárias.

- a. Participação em palestras, congressos e cursos;
- b. Leitura de manuais fornecidos através da legislação;
- c. Leitura da legislação acerca do SPED;
- d. Outra (s). Qual (is)? _____

11) Diante das necessidades demandadas na implantação do SPED, qual o fator principal que você atribui como o mais importante para que o profissional da Contabilidade exerça com responsabilidade o seu papel nessa circunstância atual:

- a. Qualificação;
- b. Visão gerencial;
- c. Conhecimento em informática;
- d. Capacidade de interpretar corretamente a legislação;
- e. Habilidade em aprender;

12) Na condição de profissional da Contabilidade e considerando a implantação do SPED nas empresas sob sua responsabilidade técnica, qual a sua avaliação quanto às mudanças nas rotinas da sua empresa de Contabilidade, após a implantação do SPED:

- a. nenhuma rotina foi modificada;
- b. apenas algumas rotinas foram modificadas;
- c. várias rotinas foram modificadas.

13) Em relação a sua empresa de Contabilidade, qual o maior impacto verificado em decorrência da implantação do SPED nas empresas sob as quais você possui a responsabilidade técnica:

- a. Maior agilidade na geração das informações fiscais e contábeis;
- b. Redução da mão-de-obra necessária para atender às empresas;
- c. Aumento da necessidade de mão-de-obra para atender às empresas;
- d. Falta de mão-de-obra qualificada para gerar as informações do SPED;
- e. Necessidade de investimento em novas tecnologias.

14) Na sua percepção, no que se refere à tecnologia da informação e seus impactos sobre a contabilidade.

- () Ganhos de Produtividade e eficiência nos processos.
- () Fornecimento de informações rápidas.
- () Integração dos programas Fiscais, Folha de Pagamento e Contabilidade.
- () Aumento da segurança operacional através do uso dos módulos integrados.